



## RELATÓRIO DA COMISSÃO TEMÁTICA PROCESSANTE E DE NORMATIZAÇÃO

**Processo SMA nº 696/12**

**Questionamentos apresentados pelas Prefeituras Municipais de Campinas e Louveira sobre a Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014**

### INTRODUÇÃO

Trata-se de processo no qual foi elaborada a Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014, publicada no DOE em 29/04/14, que fixa a tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental, dos empreendimentos e atividades de potencial impacto local, nos termos do Art. 9º, inciso XIV, alínea “a”, da Lei Complementar nº 140/2011.

Com a publicação da referida Deliberação, os municípios devem comunicar ao CONSEMA a sua capacitação para o exercício do licenciamento ambiental, cabendo ao Secretário Executivo deste Conselho dar publicidade à listagem dos municípios aptos. Além da publicação no diário oficial, a relação dos municípios pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico <http://www.ambiente.sp.gov.br/consema/licenciamento-ambiental-municipal>.

O tema volta à apreciação desta Comissão em virtude de questionamentos apresentados pela Prefeitura Municipal de Campinas e pela Prefeitura Municipal de Louveira, que já se encontram aptas ao exercício do licenciamento ambiental, sendo que, no caso de Campinas, a habilitação envolve atividades de alto, médio e baixo impacto local, e, no caso de Louveira, atividades de baixo impacto local.

A relatoria do presente processo foi designada ao Conselheiro André Dias Menezes de Almeida, representante do SEAQUA, conforme deliberado na 38ª e na 39ª Reunião desta Comissão. A análise e a discussão dos questionamentos ocorreram na 41ª Reunião e na 42ª Reunião, na qual foi aprovado este relatório final.

### QUESTIONAMENTOS DA PREFEITURA DE CAMPINAS

Por meio do Ofício nº 315/2014 – GS/SVDS a Prefeitura Municipal de Campinas apresentou considerações sobre os investimentos que vem realizando na estruturação da gestão ambiental municipal, ressaltando sua capacidade de atendimento aos requisitos para o exercício do licenciamento ambiental.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Por outro lado, a Prefeitura de Campinas considera que a Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 acabou por suprimir das tipologias constantes de seus anexos atividades que, com base em deliberação anterior deste Conselho, bem como em convênios firmados com a CETESB, eram licenciadas pelo município. Conforme suas alegações, tal situação ocasiona prejuízos para a gestão local e, diante disto, solicita a revisão da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014.

Mais especificamente, os empreendimentos e atividades que, segundo a Prefeitura de Campinas, deveriam ser licenciadas pelo município são:

- 1** - reservatório de água tratada e estações elevatórias de água;
- 2** - estações elevatórias de esgoto, coletores tronco, interceptores e linhas de recalque, desde que ligados à estação de tratamento;
- 3** - bacias de contenção de cheias;
- 4** - unidade de triagem de resíduos sólidos domésticos;
- 5** - equipamentos de infraestrutura de telecomunicações, especialmente as relativas às Estações Rádio Base do Serviço Móvel Pessoal;
- 6** - corte de árvores isoladas desvinculadas de processos de licenciamento ambiental.

Importante esclarecer que outros ofícios, envolvendo a mesma temática, já haviam sido encaminhados pela Prefeitura de Campinas à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e foram respondidos pela CETESB em expedientes próprios (que não constam do Processo SMA 696/2012). São os casos dos Ofícios GS/SVDS nº 109/2014; nº 134/2014 e nº 148/2014.

Analisando o pedido da Prefeitura de Campinas, bem com o entendimento que foi manifestado pelas áreas técnicas da CETESB, temos que:

- a) em relação aos itens “1” e “2” acima: não foram contemplados na Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 porque, para efeito do licenciamento ambiental, devem ser considerados como parte integrante de sistemas de tratamento. Assim, os possíveis impactos ambientais atrelados a tais empreendimentos e atividades não devem ser considerados de maneira isolada e extrapolam o âmbito local passível de licenciamento pelos municípios;
- b) em relação ao item “3” acima: já está contemplado na Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014, conforme Anexo I, item “I, 1, 2, e” (reservatório de controle de cheias).
- c) em relação aos itens “4” e “5” acima: não foram contemplados na Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 porque a CETESB considera que tais atividades não seriam passíveis de licenciamento ambiental. Assim, a ausência de menção a estas atividades na referida Deliberação não significa que o licenciamento deverá ser conduzido no âmbito do órgão estadual. Pelo contrário, caso o município assim entenda, poderá fixar regras próprias e licenciar estas atividades.
- d) em relação ao item “6” acima: não foi contemplado na Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 porque tal norma diz respeito exclusivamente a atividades vinculadas ao processo de licenciamento ambiental. Portanto, a supressão de árvore isolada não atrelada ao licenciamento não está relacionada com a norma em questão e os municípios podem autorizar tal atividade em lotes urbanos situados fora de Áreas de Preservação Permanente e fora de áreas de Unidades de Conservação (excluindo-se APA – Área de Proteção Ambiental), conforme o artigo 7º da Decisão



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de Diretoria da CETESB nº 287/2013/V/C/I, de 11 de setembro de 2013 (DOE Poder Executivo, Seção I, edição do dia 12/09/13, página 51).

Deve-se ressaltar que a análise aqui apresentada já havia sido enviada à Prefeitura de Campinas, conforme Ofício SMA/GAB 660/2014.

Pelo exposto, verifica-se que a realização do licenciamento ambiental, nos termos solicitados pela Prefeitura de Campinas, demandaria alteração da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 apenas em relação às atividades listadas nos itens “1” e “2” deste relatório (reservatório de água tratada e estações elevatórias de água; estações elevatórias de esgoto, coletores tronco, interceptores e linhas de recalque, desde que ligados à estação de tratamento).

Neste aspecto, propomos a manutenção do entendimento da CETESB, que considera serem tais atividades causadoras de impacto que extrapola o âmbito local, devendo ser mantida a Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014.

### QUESTIONAMENTOS DA PREFEITURA DE LOUVEIRA

Por meio dos Ofícios SGA nº 397/2014; nº 402/2014; nº 403/2014; nº 416/2014, todos ratificados por ofícios posteriores do Prefeito Municipal, a Prefeitura de Louveira apresenta os seguintes questionamentos:

**1** – Possível incoerência na classificação contida no Anexo II da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014, mais especificamente em relação aos itens III “6” e II “8 e 9”, abaixo transcritos:

*“ III – Baixo impacto ambiental local*

...

*6. Empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, localizados em área urbana, cujo licenciamento implicar supressão de exemplares arbóreos nativos isolados, ainda que em área de preservação permanente, nas hipóteses permitidas pela legislação florestal.”*

*“II – Médio impacto ambiental local*

...

*8. Empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, localizados em área urbana, cujo licenciamento implicar intervenção em área de preservação permanente sem vegetação nativa, nas hipóteses permitidas pela legislação florestal.”*

*9. Empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, localizados em área urbana, cujo licenciamento implicar supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica em estágio pioneiro de regeneração em área de preservação permanente.”*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Segundo o entendimento da Prefeitura de Louveira, estando o município habilitado para realizar o licenciamento ambiental do item III “6”, este também deveria ser habilitado para os itens II “8 e 9”, que implicariam impacto menos significativo.

Contudo, entendemos que não há incoerência no tratamento conferido aos referidos itens, pois estes abordam situações distintas, que justificam suas diferentes classificações.

Deve-se atentar ao objeto central abordado nos itens em questão. Enquanto o item III “6” diz respeito a árvores isoladas, os itens III “8 e 9” dizem respeito à área de preservação permanente.

De acordo com o item III “6”, é classificado como **baixo** o impacto local de empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, localizados em área urbana, cujo licenciamento implicar supressão de árvores isoladas (seja em área de preservação permanente ou não). Ou seja, o foco deste item da norma é a supressão de árvore isolada atrelada ao licenciamento, sendo indiferente o fato do exemplar arbóreo isolado estar localizado em área de preservação permanente. Ressalte-se que, em se tratando de área de preservação permanente, se houver alguma intervenção que extrapole a supressão de árvore isolada, a classificação de baixo impacto local não é aplicável.

Por outro lado, conforme os itens II “8 e 9”, é classificado como **médio** o impacto local de empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, localizados em área urbana, cujo licenciamento implicar intervenção em área de preservação permanente sem vegetação ou com supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica em estágio pioneiro de regeneração. Ou seja, o foco destes itens da norma é a intervenção em área de preservação permanente atrelada ao licenciamento. Ressalte-se que, se a intervenção ocorrer em área de preservação permanente, demandando a supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica em estágio de regeneração superior ao pioneiro, a classificação de médio impacto local não é aplicável.

Assim, entendemos que a Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 deve ser mantida sem alterações.

## **2 – Dúvida quanto à competência para autorização da supressão de árvore isolada.**

Conforme já exposto em relação aos questionamentos feitos pela Prefeitura de Campinas, a Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 diz respeito exclusivamente a atividades vinculadas ao processo de licenciamento ambiental. Portanto, a supressão de árvore isolada não atrelada ao licenciamento não está relacionada com a norma em questão e os municípios podem autorizar tal atividade em lotes urbanos situados fora de Áreas de Preservação Permanente e fora de áreas de Unidades de Conservação (excluindo-se as APA – Área de Proteção Ambiental), conforme o artigo 7º da Decisão de Diretoria da CETESB nº 287/2013/V/C/I, de 11 de setembro de 2013 (DOE Poder Executivo, Seção I, edição do dia 12/09/13, página 51).

## **3 – Solicitação de realização do licenciamento de atividades cujo impacto ambiental local seja classificado como médio, implicando alteração no Anexo III, item “II, a” da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014.**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

A Prefeitura de Louveira está habilitada para realizar o licenciamento ambiental das atividades classificadas como de baixo impacto local. Contudo, a Prefeitura considera que também teria capacidade de realizar o licenciamento de atividades de médio impacto local. O único requisito que falta para tanto é relacionado ao porte do município, conforme fixado nos critérios do Anexo III, item “II, a” da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014.

O município de Louveira possui 37.125 habitantes e a Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 estipula o número mínimo de 60.000 habitantes para a realização do licenciamento de atividades de médio impacto local.

Neste ponto é necessário ponderar que a norma possui aplicação geral e não deve ser alterada para atender à situação específica de um município.

Assim, ainda mais considerando o pouco tempo de vigência da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014, entendemos ser prematura a alteração da linha de corte relacionada ao porte dos municípios, sem prejuízo de uma oportuna e futura avaliação geral dos critérios fixados na norma em questão.

#### **4 – Solicitação de celebração de convênio**

A Prefeitura de Louveira manifesta interesse em celebrar convênio com a CETESB para licenciar outros empreendimentos e atividades de impacto local, especialmente aqueles relacionados ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Tal solicitação não está vinculada a modificações na Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 e a análise deste pedido não faz parte das atribuições desta Comissão.

Portanto, sugerimos o encaminhamento do caso à consideração da CETESB, bem como sugerimos a oitiva da Consultoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente, para avaliar como se daria a celebração de convênio para fins de realização do licenciamento ambiental, considerando a Lei complementar nº 140/2011 e as atribuições legais fixadas para a CETESB.

Pelo exposto, para atendimento dos pedidos apresentados pela Prefeitura de Louveira seria necessária a alteração da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 em relação os itens “1” e “3” acima mencionados neste relatório.

Neste aspecto, considerando o entendimento manifestado no presente relatório, propomos a manutenção da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 sem alterações.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

## CONCLUSÕES

Considerando as demandas apresentadas pelas Prefeituras Municipais de Campinas e de Louveira, os pontos que implicariam alterações na Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 são:

**I** – alterar o ANEXO I, item “I, 2”. (obras hidráulicas de saneamento) para que os seguintes empreendimentos e atividades sejam classificados como potenciais causadores de impacto ambiental local, possibilitando a realização do licenciamento ambiental pelos municípios: *reservatório de água tratada e estações elevatórias de água; estações elevatórias de esgoto, coletores tronco, interceptores e linhas de recalque, desde que ligados à estação de tratamento;*

**II** – alterar o ANEXO II itens “III, 6” e “II, 8 e 9”, abaixo transcritos, para que os municípios aptos a realizar o licenciamento do empreendimento e atividades listados no item “III, 6” também licenciem os empreendimentos e atividades listados no item “II, 8 e 9”:

*“ III – Baixo impacto ambiental local*

...

*6. Empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, localizados em área urbana, cujo licenciamento implicar supressão de exemplares arbóreos nativos isolados, ainda que em área de preservação permanente, nas hipóteses permitidas pela legislação florestal.”*

*“II – Médio impacto ambiental local*

...

*8. Empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, localizados em área urbana, cujo licenciamento implicar intervenção em área de preservação permanente sem vegetação nativa, nas hipóteses permitidas pela legislação florestal.”*

*9. Empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, localizados em área urbana, cujo licenciamento implicar supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica em estágio pioneiro de regeneração em área de preservação permanente.”*

**III** – alterar o ANEXO III, item “II, a”, para que a linha de corte que define a classificação dos municípios de médio porte seja reduzida ou para que seja revista a utilização do critério de porte do município para fins de realização do licenciamento ambiental.

Em relação aos três pontos acima relacionados, nos termos dos esclarecimentos e entendimentos manifestados no presente relatório, propomos a manutenção da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2014 sem alterações.

Por fim, tendo em vista as dúvidas recorrentes sobre a questão da autorização de supressão de árvores isoladas, não atrelada ao licenciamento ambiental, sugerimos seja recomendada à CETESB e à Secretaria do Meio Ambiente a apresentação de nova normativa que consolide a matéria.

São Paulo, 12 de novembro de 2014  
 André Dias Menezes de Almeida  
 Conselheiro - Representante do SEAQUA

*Original Devidamente Assinado*